



A conturbada relação entre Getúlio Vargas e a Câmara dos Deputados no governo constitucional (1934-1937)

Thiago Mourelle



Dois documentos photographicos historicos do presidente Getúlio Vargas, fixados logo após á sua chegada ao Catete, vindo do Sul, como chefe da forças revolucionarias, em outubro de 1930, vendo-se á esquerda o então chefe do governo provisório, tendo ao lado o general Flores da Cunha, assinando os seus primeiros decretos — os da nomeação dos seus ministros, e á direita, conversando com o general Licite de Castro, o seu primeiro ministro da Guerra

Getúlio Vargas assinando seus primeiros decretos logo após tomar posse como presidente da República.

Fonte: *Correio da Manhã* (RJ), Ano XXXIV, n. 12160, 18 de julho de 1934, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/089842_04/23040.

A Câmara dos Deputados após a Constituinte

A Constituição de 1934 colocou o Brasil pela primeira vez em normalidade institucional desde a Revolução de 1930. Afinal, a Constituição de 1891 estava suspensa por decisão de Getúlio Vargas desde que seu grupo tinha chegado ao poder. Durante todo o Governo Provisório (1930-1934), ele governou por meio de decretos e sem a companhia do Poder Legislativo.

Em julho de 1934, logo depois de criada a Constituição, Vargas foi eleito presidente de forma indireta – votaram apenas os deputados constituintes – para um mandato de quatro anos, previsto para ir até 1938. A Assembleia Nacional Constituinte foi transformada em uma Câmara dos Deputados provisória, até que fosse realizada uma eleição – em outubro de 1934 – para escolher os novos deputados e senadores que acabariam por assumir seus mandatos em maio do ano seguinte.





Fotografias do dia da eleição em São Paulo com destaque para Armando de Salles Oliveira.
Fonte: *Correio de São Paulo* (SP), Ano III, n. 726, 15 de outubro de 1934, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/720216/5162>.



Fila de eleitores em São José (à esquerda) e na Praça da Bandeira (à direita), no Rio de Janeiro.
Fonte: *O Malho: semanário de humor artístico e litterario* (RJ), Ano XXXIII, n. 72, 18 de outubro de 1934, p. 24.
 Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
 Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/81255>.

As primeiras dificuldades para o presidente

Assim, o Poder Legislativo do Brasil, entre julho de 1934 e maio de 1935, funcionou apenas com a Câmara dos Deputados, ainda sem o Senado. Apesar de a maioria dos deputados apoiar o governo, Getúlio Vargas enfrentou dificuldades para conseguir colocar em prática suas ideias e seu projeto político. O presidente reclamava, em anotações no seu diário, não só dos deputados da oposição, mas também dos seus aliados, que, segundo ele, constantemente pediam favores em troca de apoio.

É importante destacarmos dois pontos que também tornaram a vida de Vargas mais difícil após a reconstitucionalização do país. O primeiro deles é que a Constituição concedeu anistia a todos os que se colocaram contra a Revolução de 1930 e aos que lutaram a favor da Revolta Constitucionalista de 1932, em São Paulo. Assim, a partir de 1934, o grupo varguista teve que enfrentar o retorno desses exilados políticos, muitos deles muito populares, com experiência política e que tornaram a oposição mais forte. Entre eles, podemos citar o ex-Governador do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros, o baiano Otávio Mangabeira e o ex-Presidente da República Artur Bernardes. Os três conseguiriam se eleger deputados federais nas eleições de outubro.

O segundo ponto diz respeito à oposição nas ruas. Com o retorno da normalidade institucional, iniciaram-se, na capital do Brasil – na época, a cidade do Rio de Janeiro –, uma série de greves e manifestações populares por aumento de salário, contra a carestia de vida e em busca de melhores condições de trabalho. Essas mobilizações se espalharam para outras cidades e estados, causando grande preocupação para o governo, que respondeu, muitas vezes, com o uso de violência policial e até com a exoneração do serviço público de líderes desses movimentos, como aconteceu com grevistas dos Correios e Telégrafos.

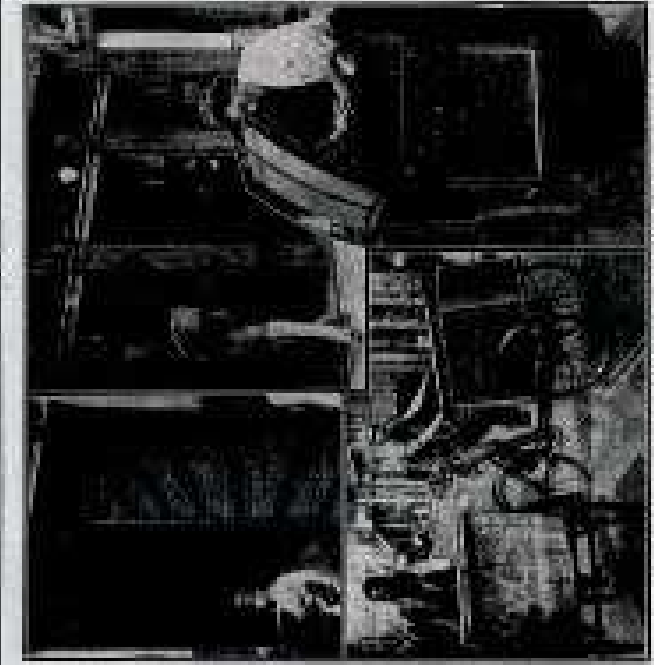
Correio da Manhã

1934, 28 de agosto de 1934

O MOVIMENTO GREVISTA DA CANTAREIRA, INICIADO NA MADRUGADA DE SABBADO ULTIMO, ENCONTRA ADHESÕES

Declararam-se em greve os metalúrgicos, os vidraceiros e os pasteiros de Nictheroy, sendo, quanto a estes últimos, parcial e momentâneo no Distrito Federal

— SÔMENTE HOJE SE REUNIRÁ A FEDERAÇÃO DO TRABALHO PARA EXAMINAR A SITUAÇÃO —



A Bahia anti sem luz, sem bondes e sem jornais

A situação da cidade, que recebeu milhares de soldados, e a greve dos jornais e do movimento sindical

BAHIA, 27 de agosto. — A situação da Bahia, desde a chegada dos soldados, tem sido extremamente difícil. A cidade está sem luz, sem bondes e sem jornais. A greve dos jornais e do movimento sindical tem agravado a situação. A população está muito angustiada com a falta de serviços básicos.

ENTRADA DE UM NOVO CAPITAL DE INVESTIMENTO, AUMENTA O EMPREGO

Um novo capital de investimento entrou no país, aumentando o emprego. A entrada de recursos estrangeiros tem permitido a criação de novas vagas de trabalho, especialmente no setor industrial e de serviços.

OS TRABALHADORES DA CANTAREIRA

Os trabalhadores da Cantareira estão em greve. A greve começou na madrugada de sábado último e continua até hoje. Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho e salários.

OS TRABALHADORES DA CANTAREIRA

Os trabalhadores da Cantareira estão em greve. A greve começou na madrugada de sábado último e continua até hoje. Os trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho e salários.





Denúncias sobre a truculência da polícia e sobre ações violentas das autoridades chegavam diariamente na Câmara dos Deputados, que acabou se transformando em um local seguro para que muitos trabalhadores expusessem suas críticas. Dentro da oposição, havia um grupo considerado radical, chamado *bancada proletária ou minoria proletária*: deputados representantes dos trabalhadores que liam no Plenário da Câmara as cartas enviadas pelo proletariado com detalhes sobre perseguições de toda ordem.

Como muitas vezes os jornais de grande circulação sofriam com a censura ou não davam voz aos trabalhadores, os discursos da bancada proletária na Câmara dos Deputados tornaram públicas muitas práticas violentas que eram utilizadas na Primeira República e que continuaram a ser utilizadas pelo governo que chegou ao poder em 1930, principalmente contra aqueles que não aceitavam a interferência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em seus sindicatos. O líder da minoria proletária era o Deputado Vasco de Toledo, eleito representante dos empregados do comércio. Além dele, os demais deputados atuantes nesse grupo eram Álvaro Ventura, Waldemar Reikdal, Acir Medeiros e João Vitaca.

Já a oposição mais tradicional, com longa história no cenário político nacional, era liderada pelo Deputado João Neves da Fontoura, do Rio Grande do Sul, e contava com o Partido Republicano Mineiro e com o Partido Republicano Paulista. Do outro lado, a ala a favor do governo era liderada pelo Deputado fluminense Raul Fernandes e contava com a maioria das bancadas de Minas Gerais – liderada por Pedro Aleixo –, do Rio Grande do Sul – comandada por João Carlos Machado – e de São Paulo – com Cardoso de Melo Neto como líder –, cujo apoio foi obtido após a colocação de dois paulistas em importantes ministérios – Vicente Ráo no da Justiça e Macedo Soares no do Exterior – e com a aliança do governo federal com o Governador de São Paulo, Armando de Sales Oliveira.

A repressão nas ruas: denúncias na Câmara dos Deputados

O momento de grande mobilização popular iniciado em julho de 1934 se alongou pelo menos até setembro, com a ocorrência de muitas greves e manifestações. Nesse período, chegaram diversas denúncias na Câmara sobre estratégias do governo Vargas para enfraquecer os movimentos populares. Podemos destacar três delas: o fechamento dos jornais independentes, produzidos por sindicatos e outras organizações de esquerda; a expulsão de estrangeiros do país, muitos deles importantes líderes grevistas; e o fechamento de organizações sindicais não reconhecidas pelo Ministério do Trabalho.

Dentre os vários casos que ganharam repercussão, dois em específico ganharam muito destaque dentro da Câmara dos Deputados e na imprensa. O primeiro foi o do jornalista Antônio Conrado Limongi, que, em novembro de 1934, foi expulso do país acusado de subversão antes que seu pedido de *habeas corpus* fosse julgado e sem ter tido direito de se despedir de sua família. Mais tarde, descobriu-se que Limongi tinha título de eleitor e cidadania brasileira, além da italiana. O caso repercutiu tão mal que o Ministro da Justiça, Vicente Ráo, teve que comparecer à Câmara dos

Editorial criticando o uso excessivo da força pelo governo.

Fonte: *Diário de Notícias* (RJ), Ano V, n. 2448, 8 de dezembro de 1934, p. 1. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.
Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/093718_01/21276.

O QUE SE ENTENDE POR ORDEM

A ordem de uma nação não é evidentemente a tranquillidade resultante do temor da força. Enganam-se os governos que, só por disporem da força, imaginam poder garantir nos seus verdadeiros fundamentos a harmonia social.

Alcançam, tão só, uma apparencia de ordem precaria como toda apparencia.

Antes de tudo, a ordem acha-se em função da capacidade de bem-fazer dos governos. Esta capacidade é expressa por actos de justiça, de equidade, de moralidade, de trabalho, de observancia da lei.

Quando um povo observa nos seus dirigentes o obstinado esforço de bem servir indistinctamente; quando nelles reconhece o proposito de situar o interesse geral acima de tudo; quando os vê sinceramente empenhados em enfrentar os problemas economicos, culturais, financeiros e sociais cuja solução, superiormente encontrada, venha aproveitar a toda a comunidade e a riqueza e prestigio do Estado; quando, em summa, verifica que seus governantes não derriam as instituições basicas, não se tornam facciosos e intolerantes, não protegem grupos e camorras, ao mesmo tempo em que espelham, perseguem, sacrificam os cidadãos ao desamparo da lei e da justiça, quando um povo tem todos esses motivos para reputar-se bem governado, a ordem, em que elle vive, é uma espontanea decorrença de todos aquellos factores, razões, propósitos e resultados.

Consequentemente, a ordem de uma nação é consequencia natural do bom governo que ella tem. Nada a pode perturbar, porque ninguém tem interesse em perturbal-a.

Essas considerações nos occorrem, ao vermos citado nos commentarios de um jornal o trecho do famoso discurso do sr. Getúlio Vargas, em Porto Alegre, fazendo a apologia da ordem e reclamando-a dos seus concidadãos. Ora, se ha no Brasil quem não tenha o direito de estranhar a desordem em que nos atormentamos ha quatro annos, é precisamente o ex-dictador e actual presidente.

Elle verifica, emfim, que não existe ordem — o que já é um progresso — por isso que a encarece e reclama. Finge esquecer, porém, que a culpa do mal é sua e que se, excia., em vez de o atalhar, tudo tem feito por aggraval-o.

Relancear o scenario politico do país — e nem queremos alludir a outros muitos indices de desordem que tanto perturbam a vida nacional — é ter desde logo a dolorosa verdade do nosso enunciado.

Grande numero de Estados, entregues a incompetentes e perversos e ahí caprichosamente mantidos pela displicencia ou pela maldade do sr. Getúlio Vargas, são hoje, em pleno regimen da Constituição, authenticas feitorias colonias.

Suas populações soffrem horrores. Seus interesses andam abandonados. Os direitos e liberdades de seus cidadãos acham-se sob o tacão da bota dos feitores prepotentes, que não prestam contas a ninguém, que não obedecem a ninguém e que se vêm estimulados nos seus abusos e crimes pela pusillanidade, commodismo, indifferença ou cumplicidade dos altos poderes da Republica.

Qual o povo que, assim exposto á brutalidade selvagem de taes energumenos, e sendo-se totalmente abandonado da justiça contra a violencia, da protecção legal contra o esbulho, do amparo do governo central contra a villania dos seus prepostos — qual o povo que, assim, pode viver em ordem e acreditar que isso é ordem?

Mude de processos o presidente da Republica. Corrija com energia, se força tiver, os seus ferrabrazes regionaes. Torne effectivas as garantias da lei ás populações martyrizadas. Dê o primeiro exemplo de acatamento á Constituição. Normalize a situação geral. Trabalhe. Reerga o paiz do sorvedouro onde o deixou tombiar.

Só assim terá ordem, reflexo da estima e da confiança publicas.



Deputados para defender o governo, afirmando que o acusado não apresentou a comprovação da nacionalidade brasileira e que, nas palavras subjetivas do ministro, o jornalista não era cidadão brasileiro, “porque jamais aceitou essa nacionalidade” ao imprimir “boletins comunistas” e “envenenar o espírito do nosso povo”.

O outro caso ocorreu em meio a um ambiente de perseguição à imprensa, ao longo dos anos de 1934 e 1935, quando vários sequestros de jornalistas passaram a ocorrer. A vítima foi Aparício Torelly, conhecido pelos pseudônimos Aporelly e Barão de Itararé – título criado e atribuído por ele a si mesmo. Era um jornalista bem-humorado e muito conhecido por suas tiradas humorísticas e pela forma hilária como se referia aos políticos e autoridades. Militante do Partido Comunista do Brasil, Aporelly criou e dirigiu o *Jornal do Povo*. Em outubro de 1934, ao publicar uma série de reportagens em homenagem a João Candido e à Revolta da Chibata, de 1910, foi sequestrado por oficiais da Marinha – identificados como integralistas – descontentes com o conteúdo das matérias, sendo agredido e ameaçado de morte.

No dia 17 novembro de 1934, cerca de quatro meses após a criação da nova Constituição e do início do mandato de Getúlio Vargas, o advogado Clóvis Dunshee de Abranches enviou uma carta para a Câmara criticando a repressão do governo contra os movimentos sociais. Disse que a Constituição garantia aos trabalhadores “a sindicalização, o direito de reunião e a livre manifestação do pensamento”, porém o que se via nas ruas naquele momento era que “os sindicatos têm sido depredados, as reuniões são dissolvidas a bala e a gás lacrimogênio, os trabalhadores são esbordados e assassinados, e até seus advogados são desacatados e presos”.



Comissão de Segurança Nacional, Câmara dos Deputados (1934).

Fonte: Arquivo Augusto do Amaral Peixoto, FGV CPDOC, AAP foto 107.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AAP/audiovisual/comissao-de-seguranca-nacional-camara-dos-deputados>.

O governo Vargas não admitia a oposição vinda das ruas e começou a traçar planos para a elaboração da primeira Lei de Segurança Nacional da história do Brasil. Ela começou a ser criada ainda em dezembro de 1934 e chegou à Câmara dos Deputados em janeiro do ano seguinte para ser examinada pelos parlamentares. Enquanto a oposição a criticava e a bancada proletária a chamava de *Lei Monstro*, os deputados governistas defendiam que o Poder Executivo tivesse mais força, lembrando aquele momento histórico em que figuras como Hitler e Mussolini, por exemplo, tinham mais poder do que chefes de Estado das tradicionais democracias liberais. São Paulo, adversário em 1932, foi fundamental para a aprovação da lei: o Deputado Henrique Bayma foi o relator e o Ministro Vicente Ráo, um dos que a conceberam.



O COMBATE AO EXTREMISMO

Fechada a sede da Aliança Nacional Libertadora e de todos os núcleos

EGUAL PROVIDENCIA FOI TOMADA NO RESTO DO PAIZ

Com nossa edição de hontem publicamos que o governo assignara um decreto mandando fechar por seis meses a Aliança Nacional Libertadora, cuja sede central é a avenida Almirante Barroso.

Na noite de ante-hontem as varias providencias foram tomadas, pois o chefe de policia compareceu ao seu gabinete, mandando chamar os delegados José Piorrelli, do 5.º districto; Miranda Netto, do 1.º Alado Amarel, do 22.º; Marinho dos Reis, do 24.º; Atílio de Pin, do 23.º; Flores da Cruz, do 30.º districto e Anibal Martins Almeida, do 9.º, com os seus respectivos auxiliares e serem postas em pratica, durante o dia de hontem.

Após isso, o capitão Filinto Muller, cerca de 1 hora da madrugada, chegou a gabinete, em companhia do sr. Estival Souto, seu secretario, e do sr. Carlos Brandes, official de gabinete.

Achando-se de dia, o sr. Florentino Amaral, do 22.º districto, realizou, pela madrugada varias diligencias, mandando por uma turma de cinco investigadores da secao de Seguranca Social.



Dois aspectos tomados na A. N. L., durante a diligencia policia

FECHADA A SEDE CENTRAL DA A. N. L.

Publicado o decreto que mandava fechar a A. N. L., o delegado Piorrelli, em cumprimento ás ordens emanadas do chefe de policia, se dirigiu a avenida Almirante Barroso n. 1 acompanhado dos comissarios Henrique Condeço e José Macieira, do comissario Inspector Alirio de Souza Ribeiro e do escrevente Bruno Fariant, dando inicio á diligencia do fechamento da sede central da Aliança Nacional Libertadora.

As diligencias das autoridades, um empregado da referida agremiação politica abriu a sede nella entrando a caravana policia.

Na minuciosa busca procedida, o delegado Piorrelli, não encontrou armamentos, nem munições, fazendo apenas apreensão de boletins e material do expediente, de que foi lavrado o competente auto. Completadas as diligencias, referida autoridade mandou lacrar todas as gavetas.

O COMANDANTE CASCAR DO ASSISTU AS DILIGENCIAS

As diligencias realizadas na sede da Aliança Libertadora foram assistidas pelo comandante Heroldo Cascaro, seu presidente, e pelo advogado de Damotico Busmann, presidente do nucleo aliancista de Niteroi.

OS NUCLEOS TAMBEM FORAM FECHADOS

A policia realizou identicas diligencias em outros districtos, sendo fechados os nucleos das ruas Columbus, do de Maio (Gavea) Jardim Botânico; Montargis (Pena); Maria de Freitas (Macdureira); Firmino Borges (Campo Grande); Progresso (Realengo); Avenida Cavalariada; Rua Europa (Marçal Hermes); Olavo Miranda em Ipanema; e estrada Real de Santa Cruz, corrente em trabalhos da policia sem mais de normal.

A POLICIA ENCONTROU APENAS UM PORCO

Na estrada Paranaipua, ilha do Governador, em um barracão ali existente, está instalado um nucleo da Aliança Libertadora.

Compartido ás ordens do chefe de policia, o delegado Flores da Cruz, para ali se dirigiu, afim de dar desembaraço á incumbencia que lhe fora commettida.

Perfundando no barracão, referida autoridade a unica coisa que encontrou, foi uma mesa e uma cadeira, fora um nutritivo suco, que dormia calmamente.

FECHADA A UNIAO FEMININA

Em cumprimento ao decreto n. 229, o delegado Canavaro Ferreira, do 7.º districto, realizou uma diligencia, na sede da Uniao Feminina, á

avida Rio Branco n. 117, á noite, e em seguida fechou a referida agremiação, filiada á Aliança Libertadora e ao Partido Comunista, sendo lavrado o competente auto.

NAO SERA PERMITIDA A SESSAO DO ACCAO INTEGRALISTA

As diligencias da policia em vista do decreto n. 229, de 11 de julho de 1935.

Ordens o fechamento, em todo o territorio nacional, dos nucleos da "Aliança Nacional Libertadora" e do Partido da Republica dos Estados Unidos do Brasil — Considerando que, na capital da Republica e nos respectivos departamentos, a ordem de sociedade civil, a ordem de administração e a ordem de desenvolvimento actividade social, considerando que re-

melhante actividade está suficientemente provada, mediante a documentação obtida pelo sr. chefe de Policia desta capital, que, tendo essa prova, sugere a conveniencia de serem fechados todos os nucleos da mencionada organização.

DECRETO N. 229, DE 11 DE JULHO DE 1935

Art. 1.º — Serão fechados por seis meses, nos termos do art. 29 da lei n. 88, de 4 de abril do corrente anno, todos os nucleos, existentes nesta capital e nos Estados, da organização denominada "Aliança Nacional Libertadora".

Art. 2.º — O ministro de Estado da Justiça e Negocios Interiores batará instruções no sentido de ser promovido sem demora, por via judicial, o cancelamento do registro civil da mesma organização.

Art. 3.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação e seu texto será, transmittido aos governadores ou interventores nos Estados, por via telegraphica.

O SR. VICENTE RAO NO CATTETE

O sr. Getulio Vargas, presidente do territorio nacional, recebeu em conferencia, o sr. Vicente Ráo, ministro da Justiça e Negocios Interiores.

FECHADA A SEDE DA A. N. L. DE S. PAULO

São Paulo, 13 (Havas) — A sede da Aliança Nacional Libertadora nesta capital acabou de ser fechada pela policia.

ALLIANÇA NACIONAL LIBERTADORA

As diligencias da policia fluminense

O 3.º delegado auxiliar fluminense

Dr. Antonio Pereira Getal, acompanhado do es-

criano SA Pinto e do commissario Heroldo Silva Araujo, procedeu hontem á tarefa de diligencia para o fechamento da Aliança Nacional Libertadora, que funcionava na sede da Federação Proletaria do Estado do Rio.

VAREJADO PELA POLICIA UM NUCLEO COMUNISTA

Uma turma de investigadores da secao de Seguranca Social realizou, hontem á noite uma diligencia na estajade de Arari, onde existe um nucleo do Partido Comunista.

A POLICIA APREHENDU GRANDE QUANTIDADE DE BOLETINS SUBVERSIVOS

Os donos do barracão, conhecido lá da Seguranca Social foi detido e recolhido a xadrez.

OS ALLIANCISTAS DE SAO PAULO PROPAGAM A GREVE

S. Paulo, 13 (Havas) — Ea face do fechamento da Aliança Nacional Libertadora o directorio desta capital publicou um boletim considerando o povo a declarar "a paralisação total de todas as actividades numa greve de massas".

"A Flutua" publica o auto de fechamento da sede aliancista desta cidade

Do presidente do nucleo central de Curitiba, Agripino Junior. O presidente do nucleo central de Curitiba, Agripino Junior, em nome do Estado fez in-

(Continua na 3.ª pag.)

A Lei de Segurança foi sancionada pelo presidente Vargas em 4 de abril de 1935, apesar dos protestos da opposição. A partir daí, a policia garantiu ainda mais possibilidades para agir contra movimentos populares. A ação mais conhecida foi o fechamento, em julho seguinte, da Aliança Nacional Libertadora, frente antifascista criada em março do mesmo ano e que cada vez mais recebia em suas fileiras militantes comunistas.

Cabe lembrar que, em maio de 1935, novos deputados federais assumiram seus mandatos. Nenhum dos deputados da bancada proletária conseguiu a reeleição após as eleições suspeitas em que o Ministério do Trabalho foi acusado de pressionar pela vitória de candidatos que apoiavam o governo. Assim, os nomes mais importantes da opposição, que acabaram assumindo o papel de critica antes ocupado pelos antigos deputados proletários, passaram a ser os Deputados Abgvar Bastos, Otávio da Silveira, João Mangabeira e Domingos Velasco. A opposição, apesar de ainda estar em minoria, fortaleceu-se e estava numericamente maior do que anteriormente.

Da grave crise política, em 1935, ao golpe do Estado Novo em 1937

Apesar de ter conseguido impor-se nas ruas, no segundo semestre de 1935, o governo acabou enfrentando uma grave crise na Câmara dos Deputados por causa da perda do apoio de importantes aliados. O maior problema foram as divergências entre Vargas e Flores da Cunha, Governador do Rio Grande do Sul, que cada vez mais passou a criticar a postura do presidente e caminhar para a opposição.

Em outubro de 1935, tornou-se público o apoio do governo à candidatura do Almirante Protógenes Guimarães ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em contraposição ao outro candidato, Cristóvão Barcelos. O problema é que toda a bancada fluminense apoiava Vargas na Câmara Federal. Diante da situação, quem apoiava Barcelos passou para a opposição. A preferência do governo causou grande mal-estar, com Flores da Cunha acusando Vicente Ráo, paulista e Ministro da Justiça,

Policiais retiram faixas e cartazes da sede da Aliança Nacional Libertadora, no centro do Rio de Janeiro.

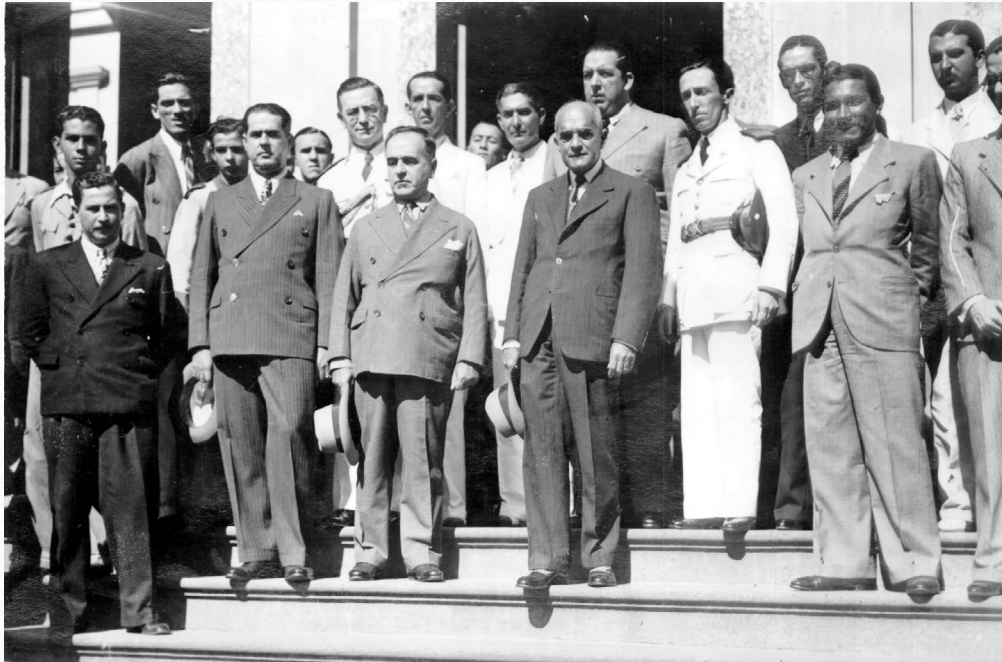
Fonte: *Correio da Manhã* (RJ), Ano XXV, n. 12469, 14 de julho de 1935, p. 1. Acervo da Fundação

Biblioteca Nacional – Brasil.

Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_04/28752.



de ser o indicado por Vargas para preparar a vitória de Guimarães. Assim, além de parte da bancada fluminense, os gaúchos intensificaram a mudança para a oposição e até mesmo os paulistas ameaçaram fazê-lo caso Getúlio Vargas não defendesse o ministro paulista dessas acusações de interferência na política fluminense.



Getúlio Vargas, Protógenes Guimarães, Francisco José Pinto e outros.

Fonte: Arquivo Lourenço Filho, FGV CPDOC, LF foto 030.

Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/lf/audiovisual/getulio-vargas-protogenes-guimaraes-francisco-jose-pinto-e-outros/>.

O deputado Raul Fernandes, líder do governo na Câmara desde o início do governo constitucional, renunciou à posição após a crise em seu estado. Os governistas ficaram sem comando e a oposição venceu em votações importantes nos dias subsequentes. Nesse contexto, foi criado o Grupo

Parlamentar Pró-Liberdades Populares, que reunia deputados governistas e da oposição que tinham em comum a defesa da democracia e dos direitos sociais, uma derrota impactante do autoritarismo varguista.

Alguns jornais chegaram a prever que Vargas perderia a maioria na Câmara ou, pelo menos, enfrentaria grandes dificuldades para aprovar seus projetos. Em entrevista ao *Jornal do Brasil* publicada em 24 de novembro de 1935, o Deputado Otávio Mangabeira, um dos principais nomes da oposição, disse que Vargas não conseguiria mais governar e sugeriu uma solução negociada para a saída do presidente, com oposicionistas e governistas se reunindo para a escolha, em consenso, de um nome para substituí-lo.

Porém, a ocorrência das insurreições em Recife, Natal e Rio de Janeiro – conhecidas vulgarmente como *Intentona Comunista* – encerraram a crise política e fizeram com que a maioria absoluta dos deputados da oposição e do governo prestassem solidariedade a Vargas e apoiassem a prisão dos responsáveis pelas revoltas. Ninguém queria ser chamado de *comunista*, então o medo de ser contra o governo fez com que a Câmara aprovasse o estado de sítio em território nacional e as reformas da Constituição e da Lei de Segurança Nacional, facilitando a repressão ao dar ao governo amplos poderes. O ano seguinte, 1936, assistiu a uma Câmara dos Deputados dominada pelo governo e que aprovou, em março, a equiparação do estado de sítio ao estado de guerra, renovando tal medida a cada três meses.



Augusto do Amaral Peixoto, Gustavo Capanema e outros em banquete de confraternização da Câmara dos Deputados, entre janeiro e março de 1936.

Fonte: Arquivo Augusto do Amaral Peixoto, FGV CPDOC, AAP foto 030.

Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/AAP/audiovisual/augusto-do-amaral-peixoto-gustavo-capanema-e-outros-em-banquete-de-confraternizacao-da-camara-dos-deputados>.



No dia 23 de março de 1936, precisamente às 20 horas, Vargas impôs uma violenta ação contra os parlamentares da oposição: o Senador Chermont foi preso, assim como os Deputados Federais Domingos Velasco, Otávio da Silveira, Abguar Bastos e João Mangabeira. Todos eles eram membros do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares, sendo os mais contundentes críticos do governo no Congresso Nacional. Foram acusados, sem a apresentação de provas, de participação nas revoltas comunistas.

Foi o golpe definitivo contra o Congresso Nacional, que, na figura desses cinco parlamentares, era o único lugar onde ainda se ouviam críticas contundentes ao governo federal. Apenas em julho de 1937, após um acordo com o governo, não foi renovado o estado de guerra. Acenava-se com um retorno à normalidade institucional, que acabou não acontecendo, visto que, em setembro seguinte, foi anunciada a descoberta do *Plano Cohen*, que hoje seria chamado de *fake news*.

Como sabemos, o tal plano, que previa uma nova revolta comunista no Brasil, não era verdadeiro. No entanto, o documento falso serviu de justificativa para o retorno do estado de guerra e para o início do Estado Novo, com o fechamento da Câmara dos Deputados e do Senado. Vargas conseguiu o objetivo de impor seu projeto político sem contestação e sem ter que negociar com os deputados e senadores eleitos pela população. Iniciava-se a ditadura, que acabou durando de 1937 até 1945.

Sugestões de leitura

CARONE, Edgard. *A Segunda República (1930-1937)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1978.

LAPUENTE, Rafael. *Com a espada de Dâmocles: o Rio Grande do Sul e a política brasileira no governo Flores da Cunha*. Curitiba: Editora Prismas, 2017.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas: os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOURELLE, Thiago. *O Brasil a caminho do Estado Novo (1936-37)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2019.

MOURELLE, Thiago. *A democracia ameaçada: a Câmara dos Deputados confronta Getúlio Vargas (1934-35)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

MOURELLE, Thiago. A crescente mobilização dos trabalhadores e o autoritário Estado brasileiro: diálogo, repressão e resistência (1934-1935). In: PESSANHA, Elina; MEDEIROS, Leonilde Servolo (org.). *Resistência dos trabalhadores na cidade e no campo*. São Paulo: CUT; Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, v. 3, p. 111-122.